

Simonsen diz que expurgos indicam economia racional

25 JUN 1983

Brasil

São Paulo — A decisão do Governo de expurgar dos índices de junho os efeitos dos aumentos do petróleo, do trigo e dos produtos agrícolas afetados pelas chuvas, foi interpretada pelo ex-Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, como “o início de uma racionalidade na economia”. E acrescentou: “Só espero que os índices não sejam fictícios e os dois — expurgado e não expurgado — venham a ser publicados”.

O ex-Ministro admitiu que a adoção dessa estratégia “vai doer muito”. Mas argumentou que como há um sistema de correções automáticas, “é inevitável que todos paguem” quando há um corte dos subsídios, ou aumento de impostos indiretos, ou ainda quando ocorre uma máxidesvalorização do cruzeiro. Segundo Simonsen, a correção deve ser feita “em índices que possam descontar os efeitos específicos da retirada dos subsídios ou de outras medidas”.

SÓ DUAS OPÇÕES

Na opinião do professor, que participou ontem como convidado do almoço da Associação Brasileira de Anunciantes, isso não significa falsificar índices nem abandonar os outros, que podem servir para muitos referenciais.

— A situação vai doer porque o bolso estará se ajustando e nesse caso só temos duas opções: um sacrifício planejado que dói,

mas pode ser transitório, ou simplesmente um sacrifício por um tempo indeterminado com um aumento brutal da taxa de inflação e do desemprego, ampliando a recessão. Na segunda opção, as camadas mais baixas da população é que ficarão com a maior parcela do sacrifício, pois não sabem se defender.

Indagado se o expurgo definido pelo Governo poderia incentivar a especulação financeira, Simonsen descartou essa possibilidade, observando que o que interessa é “a taxa de correção monetária mais os juros e não apenas a taxa de juros em cima da correção monetária”.

EXPURGO AS CLARAS

Ele acredita que o expurgo — “se ele for feito às claras e se os critérios forem bem conhecidos” — será assimilado pelo setor financeiro, “pois, afinal de contas, isto é o que se pratica em toda a parte do mundo e foi feito aqui entre 1975 e 1979”.

— O que não podemos é ter a ORTN ou qualquer outro ativo financeiro valorizando-se mais que todos os outros ativos físicos. É só olhar o que aconteceu com os imóveis e instalações industriais, entre outros ativos físicos, para vermos que eles não acompanharam a valorização das ORTNs. A ORTN deve valer o equivalente à valorização dos ativos físicos, porque as empresas não produzem ORTNs.